

Revisão sistemática da produção científica brasileira de Contabilidade aplicada à governança ambiental

Systematic review of the brazilian scientific production of Accounting applied to environmental governance

Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos Santos¹
Pedro Carlos Refkalefsky Loureiro²

Resumo

O artigo pretende identificar produções científicas brasileiras referentes às práticas contábeis na área da governança ambiental publicadas entre janeiro de 2016 e dezembro de 2019. O período leva em consideração duas reuniões das Organizações das Nações Unidas (ONU), que podem ser consideradas marcos para a governança ambiental. A primeira, quando o Brasil foi um dos incentivadores da adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A segunda refere-se à reunião em que o atual presidente brasileiro refuta informações técnicas-científicas sobre o desmatamento da Amazônia. A metodologia utilizada foi a de revisão sistemática, nos periódicos disponíveis nos repositórios SPELL e Scielo. Após a aplicação dos descritores, termos relacionados e dos critérios de inclusão e exclusão foram identificados 13 artigos sobre a temática. A pesquisa revelou que ações internacionais incentivaram a publicações de artigos sobre contabilidade ambiental, mas a falta de obrigatoriedade brasileira para registro contábil no âmbito ambiental supostamente afasta o interesse de pesquisadores e periódicos no tema.

Palavras-chave: governança ambiental; revisão sistemática; ciências contábeis; contabilidade ambiental.

Abstract

The article it is aimed to identify which Brazilian scientific publications on accounting practices in the area of environmental governance were published between January 2016 and August 2019. This period takes into consideration two meetings of the United Nations (UN), which can be considered milestones for environmental governance. The first, when Brazil was one of the drivers of the adoption of the 17 Sustainable Development Goals. The second refers to the meeting in which the current Brazilian president refutes technical-scientific information on Amazon deforestation. The methodology used was the systematic review in the journals available in the SPELL and Scielo repositories. After applying the descriptors, related terms and inclusion and exclusion criteria, 13 articles on the theme were identified. The investigation revealed that international actions encouraged the publication of articles on environmental accounting, but the lack of Brazilian mandatory accounting in the environmental field supposedly pushes the interest of researchers and journals on the subject.

Keywords: environmental governance; systematic review; accounting; environmental accounting.

Recebido em (*manuscript first received*): 02/08/2022

Aprovado em (*manuscript accepted*): 22/10/2022



DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i2.2831>

1 Introdução

Em setembro de 2015, na sede da ONU, em Nova Iorque, mais de 150 líderes mundiais estabeleceram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que precisam ser implementados até 2030 pelos países integrantes das Organizações das Nações Unidas (ONU) (2015). Eles foram definidos com vistas à redução da pobreza, promoção do bem-estar nas sociedades, proteção do meio ambiente, com atenção às mudanças climáticas. Conforme o Ministério das Relações Exteriores (s.d.), o país participou de todas as sessões da negociação intergovernamental para que se definisse os 17 objetivos.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento socioambiental pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Belém, Pará, Brasil. Professora da Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: fernandagfpsantos@gmail.com

² Doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPa). Professor do Quadro Permanente do Instituto Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. E-mail: pedro.loureiro@ifpa.edu.br

Dista desses objetivos o pronunciamento do atual presidente do Brasil contestando posicionamentos científicos sobre questões ambientais na Amazônia. Além de ter feito isso desde que tomou posse no país, o presidente provocou alerta na sessão da ONU, em 24/09/2019. Precisamente, esse alerta diz respeito sobre a necessidade de se compreender a situação do patrimônio ambiental brasileiro, cuja ciência responsável por registrar fenômenos patrimoniais é a Contabilidade. Além disso, a questão ambiental é baseada no tripé da sustentabilidade, que prevê a relação harmônica entre o meio ambiente, sociedade e economia. Cabendo apoiar-se no conceito de governança para de fato tratar os temas ambientais.

Desta maneira, relacionando conhecimento contábil ao conceito de governança ambiental, este artigo propõe identificar quais as produções científicas brasileiras estão sendo publicadas no contexto de aplicação da Contabilidade nas práticas de governança ambiental. Principalmente após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que podem ser considerados como marco para a governança ambiental. O artigo está dividido em seis tópicos. O primeiro refere-se à introdução, seguido, em sequência, pela fundamentação teórica, métodos de pesquisa, resultados de pesquisa, análise e discussão dos resultados, e por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 Fundamentação Teórica

A base teórica deste artigo foi dividida em duas partes. A primeira refere-se à contabilidade ambiental, descrevendo como a área da ciência contábil que estuda o registro das mutações patrimoniais relacionadas ao meio ambiente. Já a segunda parte, retrata o conceito de governança ambiental, onde o processo de tomada de decisão considera os interesses de diversos atores, e aspectos do tripé da sustentabilidade.

A vinculação das duas fundamentações permite embasar a pesquisa proposta neste artigo, especialmente por correlacionar as técnicas contábeis associadas às práticas de governança com o tripé da sustentabilidade, que se baseia na harmonia entre meio ambiente, sociedade e economia. Demonstrando a importância de se evidenciar contabilmente as práticas ambientais que estão ocorrendo no Brasil e como a área científica da Contabilidade está se integrando as questões ambientais.

2.1 Contabilidade ambiental

A ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio é a Contabilidade (CFC, 2011), proporcionando a comunicação aos diversos usuários interessados por organizações públicas ou privadas. Estas informações visam ser úteis para a tomada de decisão (Sá, 2010). Informar de maneira única aos diversos usuários (investidores, credores, governos, empregados, sociedade etc.), com interesses e funções diferentes, requer regras que orientem quem executa e/ou analisa demonstrativos organizacionais. A gestão ambiental pouco se correlaciona com a ciência contábil. Entretanto, patrimônio ambiental também é objeto da Contabilidade e deveria ser constantemente avaliado, com o correto registro de suas mutações.

As mutações ambientais também devem ser registradas, principalmente por ter repercussão mais ampla, uma vez que desastres ambientais ou soluções ecológicas impactam qualquer ser vivo, consciente ou não. Costa & Marion (2007) identificaram a grande dificuldade de se analisar as informações ambientais, visto que não existe uniformidade na estrutura dos relatórios utilizados por empresas mais comprometidas com a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente. Este tipo de dificuldade inviabiliza a atuação do gestor, pois não identifica os impactos ambientais, sejam positivos ou negativos para a empresa; e o conhecimento de dados dos usuários, o que acaba restringindo os aspectos de transparência.

A Contabilidade dispõe de técnicas de registro patrimonial, porém, para o campo ambiental ainda não totalmente aplicáveis, cabendo novas pesquisas e ampliação nas formas de avaliação do patrimônio ambiental. Uma teoria que vem englobando as questões ambientais pela Contabilidade é a Teoria Tridimensional da Contabilidade (T3C), desenvolvida pelo grupo de pesquisa colombiano

liderado por Mejia-Soto. A T3C integra e reconhece as especificações das riquezas ambientais, sociais e econômicas, registrando-as conforme cada realidade (Mejía-Soto, Matilla-Galvis, Montes-Salazar & Mora-Roa, 2014). Esta teoria considera que a riqueza ambiental e social deve ser baseada em unidades de medida não econômicas.

Desta maneira, com este artigo pretende-se evidenciar o que a comunidade científica contábil brasileira está desenvolvendo para auxiliar as práticas de registro patrimonial de bens ambientais, sejam públicos ou privados.

2.2 Governança ambiental

Para adotar um modelo novo de gestão no setor ambiental é necessário utilizar o auxílio do conceito de *governance*, ou governança. Ele se refere à inclusão da sociedade no processo de decisão e a pluralidade de envolvidos na administração pública, não sendo mais válidas decisões unilaterais do Estado (Gonçalves, 2006). Para Rover (2011), a governança engloba processos de gestão que integram o governo com outros grupos e atores sociais na negociação de interesses e que essa dinâmica clama por ampliação da participação social e transparência.

Em uma visão mais contemporânea, Cunha e Bastos (2017) incluem os recursos naturais à esta gestão plural, retratando a governança ambiental. Assim, para que a governança ambiental aconteça é necessário correlacionar as dimensões econômica, social e ambiental (Paz & Kipper, 2016), internacionalmente conhecidas como Triple Bottom Line, ou tripé de sustentabilidade. No Brasil, o processo participativo em áreas protegidas é regido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2012) toda unidade de conservação deve ter um conselho gestor, para auxiliar a chefia da UC em sua gestão e integrar à população às ações realizadas em seu entorno.

Um exemplo importante que incorpora meio ambiente e sociedade são os conselhos gestores de áreas protegidas. Araújo & Simonian (2016) registram a importância do papel do conselho gestor, pois permitem a ação democrática de fato, já que os indivíduos não ficam à mercê das decisões de poder, amadurecendo práticas participativas. Estas ações necessitam ser transparentes, um dos princípios da governança, ou seja, o receptor deve localizar e compreender a informação do emissor.

Ações transparentes facilitam a aplicação de outro princípio da governança, a accountability. O termo accountability envolve a relação entre a gestão pública e a sociedade civil, identificando como estão sendo administrados bens pertencentes à coletividade, o processo de prestação de contas desta gestão e a responsabilização de atos e resultados obtidos (Ribczuk & Nascimento, 2017). Assim, a dimensão social é um elemento fundamental para atendimento dos princípios da transparência e accountability, bem como viabiliza a ampliação e melhoria das ações de proteção ambiental, visto considerar o posicionamento de atores locais.

3 Método de Pesquisa

Os métodos para elaboração de revisões sistemáticas preveem: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; e (8) redação e publicação dos resultados (Galvão & Pereira, 2014). A aplicação do método ocorreu em bibliotecas virtuais, considerando o alcance das informações. Machado, Pierangeli & Resende (2017) destacam que a revisão sistemática utiliza fontes de informações bibliográficas e eletrônicas para desenvolver trabalhos científicos, ressaltando a evolução e mudanças do campo do conhecimento pesquisado.

No que se refere às fontes de informações, há duas classes, denominadas primárias e secundárias. Andrade (2017) explica que fontes primárias são constituídas de textos originais, dando origem a outras obras, enquanto fontes secundárias são obras que interpretam e analisam fontes primárias. Ou seja, são informações já existentes derivadas de dados confiáveis, pois foram reavaliadas por pares. Nesta pesquisa foi utilizada a análise bibliográfica de artigos eletrônicos

publicados no período de janeiro/2016 a dezembro/2019. A técnica para elaboração foi a revisão sistemática, que são estudos secundários sintetizando as evidências existentes na associação entre exposição e desfecho (Ministério da Saúde, 2014; Galvão & Pereira, 2014).

Este tipo de revisão é comumente encontrado na área de saúde, pois, segundo o Ministério da Saúde (2014), o intuito de identificar, avaliar e sistematizar resultados de estudos clínicos conduzidos para uma questão de interesse embasa a tomada de decisão em saúde. No entanto, Galvão e Pereira (2014) mencionam que também podem ser aplicadas em qualquer área do saber, desde que se utilizem métodos confiáveis, rigorosos e reproduzíveis.

3.1 Elaboração da pergunta

Para auxiliar na construção da pergunta de pesquisa e na busca de evidências foi utilizado o método PICO. A revisão sistemática estabelece algumas técnicas para elaboração da pergunta e definição de descritores. Takahashi, Saheki & Gardim (2014) explicam que a metodologia voltada para área clínica é a PICO (Quadro 1) e para pesquisas não clínicas é a PICO (Quadro 2).

Quadro 1 - Descrição do método PICO

MÉTODO	DESCRIÇÃO
<i>P</i>	População, paciente ou problema
<i>I</i>	Intervenção, indicação ou interesse
<i>C</i>	Procedimento, padrão, intervenção de comparação, placebo ou não-intervenção
<i>O</i>	Outcome, desfecho, resultado esperado

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Takahashi, Saheki & Gardim (2014).

A pergunta foi definida compreendendo como população estudada a Contabilidade aplicada no Brasil; o interesse são as práticas de governança ambiental; e o contexto são as publicações mais recentes das bases de dados abertas *SPELL* e *Scielo*.

Quadro 2 - Descrição do método PICO

MÉTODO	DESCRIÇÃO
<i>P</i>	População
<i>I</i>	Interesse
<i>Co</i>	Contexto

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Takahashi, Saheki & Gardim (2014).

Assim, podendo-se evidenciar publicações relevantes, resultando na pergunta de pesquisa: quais as principais publicações científicas brasileiras sobre a aplicação da Contabilidade nas práticas de governança ambiental? Tendo como objetivo final identificar quais são estas publicações.

3.2 Base de dados

Pesquisas em bibliotecas referem-se à maneira tradicional de recuperar informações em qualquer área do conhecimento, mas com o aparecimento de novas tecnologias, como a internet, a pesquisa tornou o acesso muito mais amplo e praticamente sem fronteiras (Andrade, 2017). A busca de literatura neste artigo ocorreu em duas bases de metadados eletrônicas: *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*) e a *SPELL* (*Scientific Periodicals Electronic Library*). Ambas indexando artigos revisados por pares. Andrade (2017) explica que a vantagem do uso de metadados é realização da pesquisa em vários buscadores de uma só vez, sem a necessidade de o usuário pesquisar

individualmente em cada periódico. Ou seja, o uso de diversas bases possibilita ampliar o quantitativo de buscas (Quadro 3).

Quadro 3 - Bases de dados utilizadas na pesquisa

BASE DE DADOS	FOCO	ACESSO
<i>SPELL</i>	Especializada	Aberta
<i>Scielo</i>	Multidisciplinar	Aberta

Fonte: Elaborado pelos autores.

Scielo (s.d) é uma biblioteca eletrônica que abrange coletânea selecionada de periódicos científicos brasileiros, sendo base multidisciplinar e aberta ao público. A *SPELL* também tem base aberta, mas é especializada na produção científica em Administração. Cassundé, Barbosa & Mendonça (2018) informam que a *SPELL* é o principal sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita da produção científica em Administração no país.

3.3 Descritores e termos relacionados

A estratégia de busca consistiu na utilização combinada dos descritores e termos relacionados. Os descritores utilizados foram "Contabilidade", "governança" e "ambiental", em língua portuguesa, associados por meio do uso do operador booleano "AND".

Quadro 4 - Descritores e termos relacionados

DESCRIPTOR	TERMOS RELACIONADOS
Contabilidade	Normas internacionais, <i>accountability</i>
Governança	Transparência, <i>accountability</i> , estrutura organizacional, gestão
Ambiental	Meio ambiente, sustentabilidade, unidades de conservação

Fonte: Elaborado pelos autores. Descritores e termos relacionado são palavras chave utilizadas para realizar pesquisa nas bases de dados.

Já os termos relacionados foram associados a cada descritor, utilizando o operador booleano "OR".

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Após aplicação dos descritores e termos relacionados, os artigos passaram pelos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram especificamente: (a) documentos do tipo "artigos"; (b) publicados entre janeiro de 2016 e dezembro de 2019; (c) em revistas com classificação no sistema Qualis-Capes; (d) que estivessem diretamente relacionados à temática "aplicação da Contabilidade na governança".

Os critérios de exclusão foram os artigos retratando questões diferentes da contabilidade ambiental, ou seja, após a filtragem de artigos com os descritores e termos relacionados, as bases de dados utilizadas, *SPELL* e *Scielo*, consideraram diversos artigos de outras áreas do conhecimento ou, quando da Contabilidade, com foco de atuação distinto ao ambiental, como saúde, turismo, direito etc. Além disso, foram desconsiderados os artigos repetidos nas duas bases analisadas, sendo considerado apenas uma vez.

4 Resultados da Pesquisa

Para realizar as análises da problemática foram construídas planilhas conforme informações das bases *SPELL* e *Scielo*, após aplicação dos descritores e termos relacionados, especificados no

item 3.3, e os critérios de inclusão e exclusão “a”, “b” e “c” do item 3.4. Totalizando 595 artigos nas duas bases (Quadro 5):

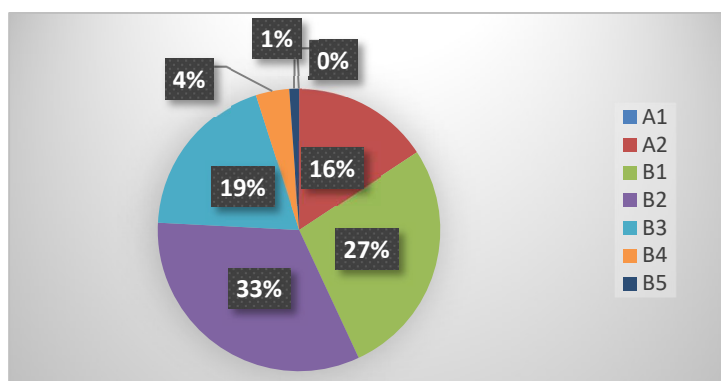
Quadro 5 - Quantitativo de artigos nas bases de dados *SPELL* e *Scielo*

BASE DE DADOS	ARTIGOS FILTRADOS
SPELL	547
Scielo	48

Fonte: Elaborado pelos autores.

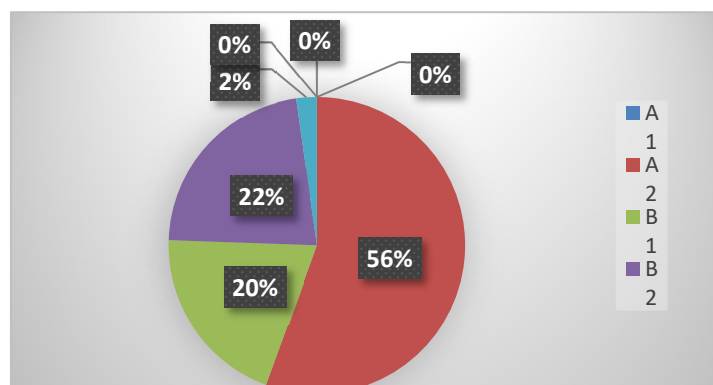
Qualis-Capes é uma ferramenta para a avaliação de periódicos científicos (Qualis Periódicos), produção artística (Qualis Artístico) e publicação em livros (Qualis livros), sendo sua função exclusiva a avaliação da produção dos programas de pós-graduação (CAPES, 2019). Estes artigos são classificados em periódicos com Qualis-Capes A2, B1, B2, B3, B4 e B5. As Figuras 1 e 2 demonstram os percentuais de artigos estratificados de acordo com a avaliação dos periódicos da Capes.

Figura 1 - Percentual de artigos publicados na *SPELL* por Qualis-Capes



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2 - Percentual de artigos publicados na *Scielo* por Qualis-Capes

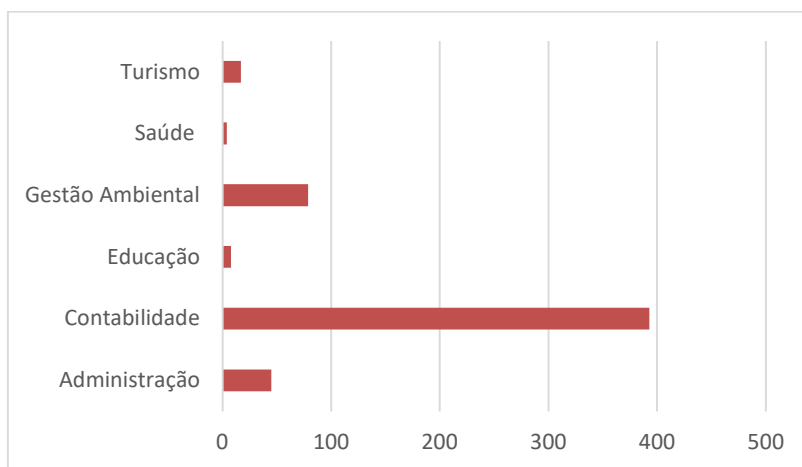


Fonte: Elaborado pelos autores.

A base *SPELL* apresentou 86 artigos em periódicos A2, 149 em periódicos B1, 179 em B2, 105 em B3, 21 em B4 e seis em periódicos B5. Já a base *Scielo* exibiu 25 artigos em revistas A2, oito em B1, dez em B2 e um em B3. Não existem artigos em revistas B4 e B5, além disso, constam dois artigos sem Qualis no CNPq. Em ambas não foram identificados artigos em periódicos classificados

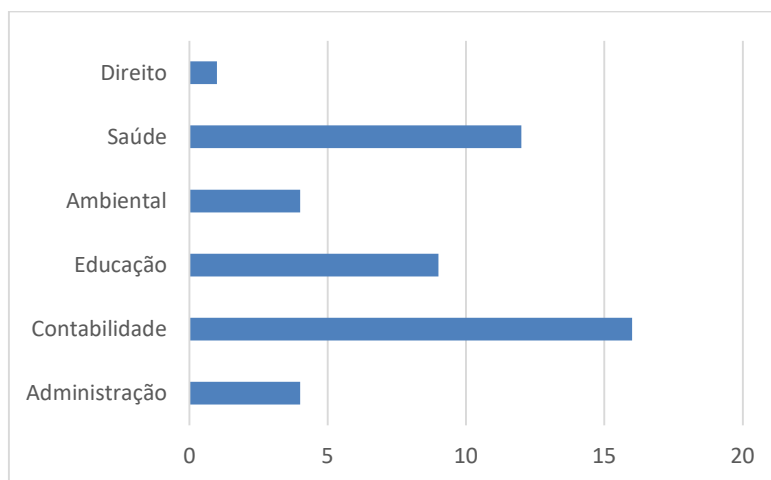
como A1. Os artigos filtrados são de áreas do conhecimento diversas, conforme demonstrado nas Figuras 3 e 4. Esta separação simplifica a análise do artigo.

Figura 3 - Quantitativo de artigos por área de atuação
Base SPELL



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4 - Quantitativo de artigos por área de atuação
Base Scielo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Após aplicação dos critérios de inclusão “d” do item 3.4, identificou-se que os artigos contábeis que envolvem temas relacionados à governança foram 29 na base *SPELL* e três na base *Scielo*. Eles não são necessariamente referentes à governança ambiental, mas a um leque de áreas de atuação da Contabilidade como instrumento de governança, de acordo com o que está expresso no Quadro 6, que retrata o quantitativo da base *SPELL*. Os artigos da *Scielo* estão repetidos também na base *SPELL*.

Quadro 6 - Quantitativo de artigos conforme área de atuação em Contabilidade

ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTITATIVO
Contabilidade Ambiental	13
Auditoria e perícia contábil	1
Contabilidade de custos	1
Contabilidade gerencial	3
Planejamento e controladoria	1
Produção científica	6
Contabilidade pública	4
TOTAL	29

Fonte: Elaborado pelos autores.

As áreas de atuação foram divididas conforme o objetivo predominante de cada artigo, ponderando que qualquer indicativo a meio ambiente, a alocação foi ‘ambiental’, seja no setor público ou privado, demonstrado no quadro 6. ‘Produções científicas’ são referentes às pesquisas de revisões bibliométricas. A área de ‘contabilidade pública’ contém artigos com conteúdos relacionados à contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial do setor público, e que não contém informações sobre meio ambiente. Os artigos sobre ‘contabilidade gerencial’ referem-se à governança corporativa e não incluem questões ambientais.

5 Análise e Discussão dos Resultados

Foram analisados 13 artigos científicos de acordo com os critérios de exclusão e inclusão previstos no item 3.4. O quadro 7 apresenta a quantidade de artigos analisados por revista no período janeiro de 2016 a dezembro de 2019.

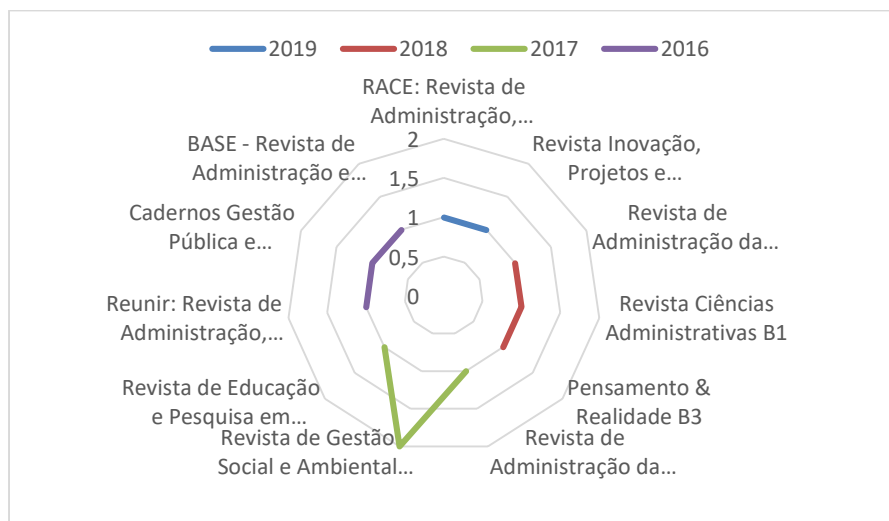
Quadro 7 - Quantitativo de artigos por revistas

REVISTAS	QUALIS	2019	2018	2017	2016
RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	B3	1			
Revista Inovação, Projetos e Tecnologias	B3	1			
Revista de Administração da UFSM	B1		1		
Revista Ciências Administrativas	B1		1	1	
Pensamento & Realidade	B3		1		
Revista de Administração da Unimep	B2			1	
Revista de Gestão Social e Ambiental	B1			2	
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1			1	
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	B2				1
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	B2				1
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	B1				1
TOTAL		2	3	5	3

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota. Quantitativos individualizados por revista e classificação do Qualis/CAPES 2012-2016.

O Quadro 7 demonstra como não há volume denso de publicações sobre a temática pesquisada. Além disso, explicita como não há publicações de Contabilidade aplicada à governança ambiental em periódicos com conceitos A1 ou A2. Dos 13 artigos, sete têm classificação B1, três são Qualis B2 e três como B3. O período que teve mais publicações foi 2017 e com os melhores Qualis-Capes. O período com publicações em revistas com classificação mais baixa foi 2019. A Figura 5 foi desenvolvida para melhor visualização das informações contidas no Quadro 7.

Figura 5 - Representação gráfica do Quantitativo de artigos



Fonte: Elaborado pelos autores

A seguir, apresentam-se os artigos analisados (Quadro 8).

Quadro 8 - Descrição dos artigos analisados

TÍTULOS	AUTORIAS	REVISTAS	FONTES
Assegurar ou Não Assegurar? Eis a Questão: Uma Análise dos Fatores Associados à Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade	Gabriela B. Silveira, Janaina da S. Ferreira, Robson B. Farias, Hans Michael Van Bellen, Suliani Rover.	RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	(2019, Mai-Ago) v. 18, n. 2, p. 259-280. 22 página(s).
Risco e Retorno dos Investimentos em Empresas com Práticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa	Cleiton Ricardo Kuronuma, Roberto Preti Barciella, Fabiana Lopes Silva.	Revista Inovação, Projetos e Tecnologias	(2019, Jan-Jun) v. 7, n. 1, p. 92-109. 18 página(s).
Análise da Evolução da Adesão de Empresas ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	Vicente Lima Crisóstomo, Celia Maria Braga Carneiro, Lorena Albuquerque da S. Gomes.	Revista de Administração da UFSM	(2018) v. 11, n. Ed. Especial Engema, p. 772-794. 23 página(s)
Sustentabilidade Social na Cadeia de Suprimentos: Esclarecimentos e Novas Direções	Dafne Oliveira Carlos de Moraes, José Carlos Barbieri.	Revista Ciências Administrativas	(2018, Set-Dez) v. 24, n. 3, p. 1-15. 15 página(s).
Governança e Responsabilidade Social: Análise dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas de Carnes Ederivadas Listadas na BM&FBovespa/B3	Tanise Saciloto Slomp, Alex Eckert, Marlei Salete Mecca, Débora Thiel De Lucca.	Pensamento & Realidade	(2018, Abr-Jun) v. 33, n. 2, p. 107-132. 26 página(s).
Indicadores de Governança e Sustentabilidade de Empresas Brasileiras	Celso Machado Junior, Daielly M.N.M. Ribeiro, Leonel Mazzali, Roberto Bazanini, Raquel da S. Pereira.	Revista de Administração da Unimep	(2017, Mai-Ago) v. 15, n. 3, p. 1-25. 25 página(s).

O Estado da Arte da Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade: Um Estudo das Empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2016	Gabriela B. Silveira, Luiz Alberton, Ernesto F. Rodrigues Vicente.	Revista de Gestão Social e Ambiental	(2017, Mai-Ago) v. 11, n. 2, p. 1-18. 18 página(s).
Sustentabilidade Empresarial e Governança Corporativa: Uma Análise da relação do ISE da BM&FBOVESPA com a Compensação dos Gestores de Empresas Brasileiras	Thayse Machado Guimarães, Fernanda Maciel Peixoto, Luciana Carvalho.	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	(2017, abr-jun) v. 11, n. 2, p. 134-149. 16 página(s).
Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das Empresas Listadas na BM & FBovespa: Fatores Determinantes de Divulgação	Veronica Silva Ricardo, Sabrina Sobrinho Barcellos, Patrícia Maria Bortolon.	Revista de Gestão Social e Ambiental	(2017, jan-abr) v. 11, n. 1, p. 90-104. 15 página(s).
Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM & FBovespa	Gildo Rodrigues da Silva, Fábio Moraes da Costa.	Revista Ciências Administrativas	(2017, jan-abr) v. 23, n. 1, p. 103-127. 25 página(s).
Uma Análise das Explicações Apresentadas pelas Empresas Listadas na BM & FBovespa por não Divulgarem o Relatório de Sustentabilidade ou Similar	Maria Livânia Dantas de Vasconcelos, Suely Maria Silva Manzi, Marcio Sampaio Pimentel.	Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	(2016, set-dez) v. 6, n. 3, p. 104-122. 19 página(s).
Meio Ambiente e Arena Pública: Governança Ambiental e Suas Implicações para as Políticas Públicas	Maria Lucia Villela Garcia, Marcus Vinícius Peinado Gomes.	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	(2016, mai.-ago.) v. 21, n.69, p. 103-120, 18 pág(s).
A Utilidade do BRF_Score para as Empresas não Participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): um Estudo Empírico na BM & FBovespa	Sueli Maia, Valcemiro Nossa, Fernando Galdi, Silvania Nossa.	BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	(2016, abr-jun) v. 13, n. 2, p. 93-110. 18 página(s).

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota. Artigos analisados após filtro.

Os artigos de Contabilidade aplicada à governança ambiental são predominantemente voltados para o setor privado. Dos 13 analisados, 12 são referentes à governança corporativa e um sobre governança pública. Nos artigos sobre governança corporativa, destaca-se o interesse por utilizar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Segundo Brasil Bolsa Balcão (2010), ISE é ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, que teve início em 2005, com financiamento da *International Finance Corporation*, braço financeiro do Banco Mundial.

O ISE busca divulgar empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade. Ainda, como se depreende de Brasil Bolsa Balcão (2010), com esse índice tenta-se demonstrar em termos qualitativos o nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

5.1 Contribuição dos artigos referentes ao setor privado

Os autores Crisóstomo, Carneiro e Gomes (2018) tiveram como propósito analisar a evolução da adesão e a permanência das empresas no ISE, a partir da análise descritiva do número de empresas presentes no índice no período de 2005 a 2015, totalizando 72 empresas. Os resultados indicam crescimento do número de empresas a cada ano, além disso existe uma considerável proporção de empresas que permanecem no ISE em anos consecutivos.

Nos termos de Silva e Costa (2017), o objetivo foi avaliar se a entrada no ISE leva à redução no gerenciamento de resultados ou se esta seria apenas uma forma indireta de reunir fatores já ligados

diretamente com a qualidade da informação contábil. Resultados sugerem relação negativa entre os *accruals*³ discricionários e participação no ISE, indicando que não é a entrada no ISE que leva empresas a gerenciarem menos os resultados. De fato, o que ocorre são os critérios estabelecidos pela BM & FBovespa para participação no índice, tais como relatório de sustentabilidade, tamanho e âmbito de governança.

Para Vasconcelos, Manzi e Pimentel (2016), o objetivo foi analisar as justificativas apresentadas pelas empresas que não evidenciaram e não publicaram relatórios de sustentabilidade (ou similares) entre os anos de 2012 e 2015, mas participam da referida iniciativa da BM & FBovespa. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, acompanhada da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelam que os principais fatores que levam as companhias a não publicarem seus relatórios de sustentabilidade são: os custos para relatar, falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades.

Machado Junior, Ribeiro, Bazanini e Pereira (2018) objetivaram identificar se empresas (de capital) brasileiro apresentam comportamento comum de divulgação de desempenho sustentável por segmento de atividade, avaliados em quatro variáveis de análise, a saber: econômica, social, ambiental e geral (aspectos da governança das empresas). Foram identificados quatro grupos de empresas, que se comportaram como *clusters*, com enfoques semelhantes de priorização das dimensões da sustentabilidade e da governança corporativa na divulgação de seus indicadores. O grupo com maior concentração possui 42,6% das empresas e na divulgação de seus dados prioriza as dimensões ambiental, social, econômica e geral.

As autoras Ricardo, Barcellos & Bortolon (2017) identificaram quais variáveis são capazes de influenciar na probabilidade de publicação do relatório de sustentabilidade ou relato integrado pelas empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2011 a 2014, em uma amostra de 386 companhias. Como resultado, foi observado que o tamanho e a participação da empresa na carteira do ISE impactam sua probabilidade de publicação de um dos relatórios. Por outro lado, as variáveis “rentabilidade”, “nível de governança corporativa” e “setor” não tiveram resultados significativos para a amostra selecionada.

Kuronuma, Barciella & Silva (2019) tiveram o objetivo comparar empresas com práticas de sustentabilidade e governança no mercado, evidenciando as divergências quanto a risco e retorno das ações, por meio de coleta de dados do ISE, IGC⁴ e IBOVESPA⁵ entre jan/2007 e dez/2016, totalizando 2.472 observações por índice. Como resultado, as empresas que investem em sustentabilidade e governança apresentam retornos similares às que não adotam essas práticas, enquanto as que possuem práticas de governança apresentam riscos menores quando comparadas às que não têm. Os autores não especificam os tipos de retorno, se de lucros provenientes de operações de compra e venda ou da distribuição de dividendos.

Já os autores Maia, Nossa, Galdi & Nossa (2016) também buscaram avaliar os retornos, mas com objetivo de analisar se seria possível a obtenção de retornos anormais positivos com a aplicação do BrF_Score⁶ em um conjunto específico de empresas. Já a análise pelo método de dados em painel com efeito fixo evidencia que existe relação estatisticamente significativa entre o retorno anormal e a interação entre as empresas não ISE com alto BrF_Score. Ou seja, os resultados sugerem para os investidores que a utilização de indicadores financeiros pode proporcionar a eles retornos em média mais altos. Neste caso os retornos são referentes aos lucros provenientes de operações de compra e venda.

Já as autoras Guimarães, Peixoto e Carvalho (2017) analisaram a influência da sustentabilidade empresarial na compensação dos gestores das empresas brasileiras não financeiras

³ São todas as contas de resultado que entraram no cálculo do lucro, mas que não implicam necessariamente na movimentação de disponibilidades, cabendo ao gestor tomar decisão discricionária e não discricionária. A decisão discricionária é estabelecida conforme o interesse do gestor, com o propósito gerenciar o resultado contábil (*earnings management*). Já as não discricionárias são as obrigatórias de acordo com a realidade do negócio.

⁴ Índice de Ações por Governança Corporativa

⁵ Índice Bovespa é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

⁶ O BrF_Score é uma adaptação brasileira para o F_Score, que agregou nove indicadores contábeis que analisam as empresas em notas com variações de 1 a 9, que quanto mais próximo do 9, maior o F_Score.

listadas na BM & FBOVESPA entre 2009 e 2013. Retratam nos resultados uma relação positiva e estatisticamente significativa da remuneração total dos gestores com o ISE, com a variável de qualidade da governança corporativa⁷, com o valor de mercado (*market-to-book*) e uma relação negativa da remuneração total dos administradores com a volatilidade dos retornos. Ou seja, concluiu-se que as empresas mais sustentáveis tendem a conceder maiores remunerações a seus gestores, colaborando com os pressupostos da teoria dos stakeholders.

Os autores Silveira, Alberton e Vicente (2017) tiveram como objetivo descrever o estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016, mediante uma pesquisa documental. Nos resultados observaram a predominância do *Global Reporting Initiative* (GRI)⁸ em 97,14% dos relatórios de sustentabilidade analisados e forte tendência das empresas em divulgar de forma integrada as informações de natureza financeira e não financeira. Além disso, foi ressaltado que 82,1% dos trabalhos de asseguração foram feitos por empresas de auditoria independente, o que reforça o *know-how* por parte das empresas de auditoria contábil neste segmento.

Silveira, Ferreira, Farias, Bellen e Rover (2019) verificaram os fatores que estão associados à asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade (RS), tendo como amostra empresas listadas no índice IBrX-100⁹ da B3 no período de 2011 a 2015. Por meio da técnica de análise de correspondência foi realizado o teste qui-quadrado entre as variáveis: impacto, ativo, receita líquida, ROA, ROE, endividamento, ADR, setor regulado, ISE, governança corporativa, auditoria e GRI e a asseguração dos RS em cada ano. Como resultado, a pesquisa identifica quatro variáveis que demonstram ser mais associadas à asseguração dos RS em todos os anos: setor regulado, ISE, GRI e auditoria.

Para Slomp, Eckert, Mecca e Lucca (2018) o objetivo foi identificar, com base nas evidências apresentadas no Relatório de Sustentabilidade das empresas de Carnes e Derivados, listadas na bolsa de valores B3, quais delas desempenham de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social Empresarial, por meio da pesquisa documental, descritiva e qualitativa. Os resultados encontrados indicaram que as empresas analisadas não divulgam de maneira adequada informações de natureza social e ambiental em relação às disposições contidas na NBC T 15.

Por fim, Morais e Barbieri (2018) lançaram luz adicional sobre o gerenciamento da cadeia de suprimentos sustentável. Seu foco em fornecer uma explicação teórica para a adoção da sustentabilidade social na cadeia de suprimentos, realizada por meio de um estudo exploratório dos conceitos de questões sociais e mecanismos de governança. Como resultado, os autores apresentaram um modelo conceitual para a adoção e gestão da sustentabilidade social nas cadeias de suprimentos considerando três teorias orientadoras: Teoria das Partes Interessadas, Teoria Comportamental e Teoria da Contingência.

5.2 Contribuição do artigo referente ao setor público

O único artigo sobre governança ambiental no setor público, dos autores Garcia e Gomes (2016), trata sobre as ações públicas para o meio ambiente com base no exame das experiências do banco de dados do programa Gestão Pública e Cidadania e das ações recentes da Rede Amigos da Amazônia. A pesquisa sugere uma abordagem com pelo menos três elementos: transversalidade, uma vez que os impactos ambientais envolvem diferentes áreas do conhecimento e da ação governamental; não neutralidade, considerando que a compreensão dos impactos ambientais passa por uma negociação na arena pública; governança, haja vista que a temática ambiental requer a articulação e o relacionamento de diferentes atores.

5.3 Palavras-chave mais utilizadas

As expressões mais utilizadas como palavra-chave nos artigos foram ‘sustentabilidade’, ‘governança’ e ‘corporativa’. Os termos *disclosure*¹⁰, relatório e informações também estão em

⁷ Empresas listadas no Novo Mercado

⁸ GRI é a metodologia mais difundida e adotada atualmente para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

⁹ É o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos nesta metodologia.

¹⁰ Divulgação de informações financeiras

evidência. Mas, chama atenção a questão do ‘Índice de Sustentabilidade’ que é utilizado em oito dos 13 artigos analisados e foi incluído como palavra-chave em apenas três.

Figura 6 - Palavras mais utilizadas no título e palavras-chave.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Diante da figura 06 e o quadro 08, observa-se que as publicações envolvem características similares, pois estão atreladas à melhoria das tomadas de decisão, com apoio de índices e relatórios. Os artigos demonstram o valor das informações ambientais, destacando o seu potencial econômico para empresas privadas e a importância da preservação ambiental para a sociedade. Também destacam que a falta de obrigatoriedade, influencia a limitação das atividades contábeis, pois trata-se de uma ação opcional.

6 Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi descrever quais são as publicações científicas brasileiras de Contabilidade aplicada à governança ambiental, considerando dois momentos em que o Brasil teve destaque na ONU. Um refere-se à importância do Brasil na consolidação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o outro foi o pronunciamento do atual presidente da república refutando dados técnicos-científicos sobre o desmatamento da Amazônia. A pesquisa demonstrou o baixo interesse no campo da Contabilidade em pesquisas no eixo ambiental, tanto pelos pesquisadores como pelos periódicos.

Foi identificado que não há publicações em revistas A1 e A2 contemplando o foco deste artigo, além de um decréscimo de conceito Qualis-Capes nos periódicos pesquisados, situação que pode ser analisada em dois pontos distintos. O primeiro, que a Contabilidade brasileira não prioriza a área ambiental. Possivelmente por não ser legalmente obrigatória no Brasil, a contabilidade ambiental torna-se pouco atrativa para pesquisadores da área. Além disso, observa-se que os 13 artigos analisados demonstram forte influência internacional nas práticas contábeis brasileiras no setor ambiental, como uso do ISE, definido pelo Banco Mundial, que está presente em quase todos os artigos.

O outro extremo refere-se às possibilidades de um campo pouco explorado, pois existe maior chance do ineditismo, potencializando o surgimento novas concepções teóricas, podendo solidificar a aplicação da Contabilidade na governança ambiental. O surgimento de demonstrativos novos, critérios de avaliação das mutações patrimoniais no âmbito ambiental e indicadores gerenciais, podem ser instrumentos que possibilitem a ascensão da importância da contabilidade para a governança ambiental. Além de tudo isso, reforça-se a necessidade de englobar a contabilidade nas avaliações ambientais.

Os critérios técnicos de avaliação e as compreensões patrimoniais da contabilidade podem registrar os impactos ambientais, sociais e econômicos das modificações ambientais para a sociedade. Assim, a pesquisa revelou como as ações internacionais incentivaram a publicação de artigos sobre contabilidade ambiental. No entanto, estas ações não são suficientes, pois a falta de obrigatoriedade

da legislação brasileira para registro contábil no âmbito ambiental amplia o desinteresse dos profissionais sobre o tema, o que pode gerar impactos negativos a longo prazo.

Como sugestão para futuras pesquisas, a relevância de se comparar a produção brasileira com a internacional a fim de identificar como vem se comportando a Contabilidade internacional a respeito da governança ambiental. Outra possibilidade é a caracterização das linhas de interesse dos periódicos brasileiros com relação as áreas de atuação do contador. Por fim, pesquisas sobre avaliação patrimonial de unidades de conservação.

Referências

- Andrade, M. M. de. (2017) *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.
- Araújo, M. N. F. & Simonian, L. T. L. (2016). Governança ambiental e turismo no Parque Nacional da Amazônia. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.9, n.2, p.229-249. Recuperado de <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6503/4149>.
- Brasil Bolsa Balcão (B3) (2010). Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Comunicado Externo*. Recuperado de http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2019). *Qualis Periódicos e classificação de produção intelectual*. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Recuperado de <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual>.
- Conselho Federal de Contabilidade (2011). *Pronunciamento conceitual básico (RI): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf.
- Crisóstomo, V. L.; Carneiro, C. M. B. & Gomes, L. A. da S. (2018). Análise da Evolução da Adesão de Empresas ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Revista de Administração da UFSM*. v.11, n. Ed. Especial Engema, p. 772-794.
- Costa, R. S. da. & Marion, J. C. (2007). A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais. *Revista Contabilidade Financeira*. USP, n. 43, p. 20-33.
- Cunha, M. O. & Bastos, R. Z. (2017). Gestão ambiental compartilhada na Amazônia: arranjos de implementação do licenciamento ambiental municipal no Pará, Amazonas, Maranhão e Tocantins. *Anais do VIII Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade – CODS: Gestão organizacional e desenvolvimento: do global ao local*. Belém, PA, Brasil.
- Maia, S., Nossa V.; Galdi, F. & Nossa, S. A. (2016). Utilidade do BRF Score para as Empresas não Participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): um Estudo Empírico na BM & FBovespa. *BASE. Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, v.13, n.2, p.93-110.
- Galvão, T. F. & Pereira, M. G. (2014) Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiol. Serv. Saúde*. v. 23 n. 1. Recuperado de http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018.
- Garcia, M. L. V. & Gomes, M. V. P. (2016). Meio ambiente e arena pública: governança ambiental e suas implicações para as políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo, v. 21, n. 69.
- Gonçalves, A. (2006). O conceito de governança. *Anais do XV Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI*, Manaus, AM, Brasil.
- Guimarães, T. M.; Peixoto, F. M. & Carvalho, L. (2017). Sustentabilidade Empresarial e Governança Corporativa: uma Análise da relação do ISE da BM & FBOVESPA com a Compensação dos

- Gestores de Empresas Brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. v. 11, n. 2, p.134-149.
- Kuronuma, C. R.; Barciella, R. P. & Silva, F. L. (2019). Risco e Retorno dos Investimentos em Empresas com Práticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias*. v. 7, n. 1, p.92-109.
- Machado, L. K.; Pierangeli, M. V. & Resende, L. L. (2017). Estrutura de Governança: um compilado de suas abordagens através de uma revisão sistemática. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*.
- Machado Junior, C.; Ribeiro, D. M. N. M.; Mazzali, L.; Bazanini, R. & Pereira, R. da S. (2017). Indicadores de Governança e Sustentabilidade de Empresas Brasileiras. *Revista de Administração da Unimep*. v. 15, n. 3, p.1-25.
- Mejía-Soto, E.; Montilla-Galvis, O.; Montes-Salazar, C. & Mora-Roa, G. (2014). Teoría tridimensional de la contabilidade T3C (versión 2.0): desarrollos, avances y temas propuestos. *Revista Libre Empresa*. 11(2), p.95-120.
- Ministério da Saúde. (2014). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. *Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de estudos observacional comparativos sobre fatores de risco e prognósticos*. 132 p.
- Ministério do Meio Ambiente (s.d.). *Conselhos Gestores*. Recuperado de <https://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/34-unidades-de-conservacao>.
- Ministério das Relações Exteriores (s.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Recuperado de <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>.
- Morais, D. O. C. de & Barbieri, J. C. (2018) Sustentabilidade Social na Cadeia de Suprimentos: Esclarecimentos e Novas Direções. *Revista Ciências Administrativas*. v. 24, n. 3, p.1-15.
- Paz, F. J. & Kipper, L. M. (2016). Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. *Gestão da Produção, Operações e Sistemas (GEPROS)*, Ano 11, nº.2, p.85-102.
- Nações Unidas (2015). *Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>.
- Ribczuk, P. & Nascimento, A. R. do. (2017). Governança, governabilidade, accountability e gestão pública: critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. *Revista Direito Mackenzie*. v.9, n.2, p.218-237.
- Ricardo, V. S.; Barcellos, S. S. & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das Empresas Listadas na BM & FBovespa: Fatores Determinantes de Divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. v.11, n.1, p.90-104.
- Rover, O. J. (2011). Obstáculos e exigências para a governança regional. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*. Taubaté, v.7. n.1. p.130-152.
- Sá, A. L. de (2010). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Scielo (s.d.). Scientific Electronic Library Online. *Scielo*. Recuperado de <http://www.scielo.br/?lng=pt>.
- Silva, G. R. da & Costa, F. M. da (2017). Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM & FBovespa. *Revista Ciências Administrativas*. v. 23, n. 1, p. 103-127.

- Silva, V. M. & Lucena, W. G. L. (2019). Contabilidade ambiental: análise da participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e a rentabilidade das empresas listadas na (B)3. *Revista Gestão & Tecnologia*. Pedro Leopoldo. v. 19, n. 2, p. 109-125.
- Silveira, G. B.; Ferreira, J. da S.; Farias, R. B., Bellen, H. M. V. & Rover, S. (2019). Assegurar ou Não Assegurar? Eis a Questão: uma análise dos fatores associados à asseguuração dos relatórios de sustentabilidade. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*. v. 18, n. 2, p. 259-280.
- Silveira, G. B.; Alberton, L. & Vicente, E. F. R. (2017). O Estado da Arte da Asseguuração dos Relatórios de Sustentabilidade: Um Estudo das Empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2016. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. v. 11, n. 2, p.1-18.
- Slomp, T. S.; Eckert, A.; Mecca, M. S. & Lucca, D. T. de. (2018). Governança e Responsabilidade Social: Análise dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas de Carnes Ederivadas Listadas na BM & FBovespa/B3. *Pensamento & Realidade*. v. 33, n. 2, p. 107-132.
- Takahashi, J.; Saheki, Y. & Gardim, S. (2014). *O que é PICO e PICO?* Recuperado de <https://pt.slideshare.net/bibliotecaee/o-que-pico-e-pico>.
- Vasconcelos, M. L. D. de; Manzi, S. M. S. & Pimentel, M. S. (2016). Uma Análise das Explicações Apresentadas pelas Empresas Listadas na BM & FBovespa por não Divulgarem o Relatório de Sustentabilidade ou Similar. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*. v. 6, n. 3, p. 104-122.

Dados dos autores:

Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos Santos

Doutoranda em Desenvolvimento socioambiental pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Belém, Pará, Brasil. Professora da Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: fernandagfpsantos@gmail.com

Pedro Carlos Refkalefsky Loureiro

Doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). Professor do Quadro Permanente do Instituto Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. E-mail: pedro.loureiro@ifpa.edu.br

Como citar este artigo:

Santos, F. G. F. P. dos & Loureiro, P. C. R. (2022). Revisão sistemática da produção científica brasileira de Contabilidade aplicada à governança ambiental. *AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 11(2). <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i2.2831>